



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
SUPERINTENDÊNCIA DA ESCOLA DE GOVERNO

ESCRIVÃO DE POLÍCIA DA 3ª CLASSE

NOME DO CANDIDATO

INSCRIÇÃO

Nível

SUPERIOR

PROVA

01

Lembre-se de marcar o
número acima na folha
de respostas!



**instituto
aocp**

Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal

Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Questões, com **oitenta questões objetivas e uma questão discursiva**, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno, na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva incorrerá na eliminação do candidato.

Sobre o material a ser devolvido pelo candidato

- ✓ Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva, preencha o campo destinado à assinatura. As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ✓ Na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esses documentos devem ser devolvidos ao fiscal na saída, devidamente preenchidos e assinados.

Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ **Após o início da prova**, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário depois de decorridos 30 minutos e, somente após decorridos 90 minutos, poderá deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas nesse momento.
- ✓ O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões desde que permaneça na sala até 3h45min após o início da prova.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

Sobre a divulgação das provas e dos gabaritos

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOC** no endereço eletrônico **www.institutoaocp.org.br**, conforme previsto em Edital.

Língua Portuguesa

AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS JÁ AFETAM NOSSAS VIDAS

CIÊNCIA HOJE: Quais lugares do planeta estão sendo (e serão no futuro) mais afetados pelas mudanças climáticas? E em relação aos biomas brasileiros?

ARGEMIRO TEIXEIRA: Metade da população mundial já vive sob risco climático, e os impactos são mais graves entre populações urbanas marginalizadas, como os moradores de favelas. Em geral, as áreas de alto risco às mudanças climáticas são regiões caracterizadas por grande densidade populacional, altos índices de pobreza e dependência de condições climáticas para o cultivo agrícola. Além disso, é importante falar que as áreas próximas da linha do Equador correm mais riscos do que as áreas temperadas. Todos os modelos mostram que, no Brasil, aumentarão a frequência e intensidade de ondas de calor e, por sua vez, aumentará o número de mortes.

CH: Pode falar dos efeitos dessa crise climática na segurança alimentar e na saúde humana?

AT: Em todo o mundo, altas temperaturas e eventos climáticos extremos como secas, ondas de calor e enchentes já prejudicam a produção de alimentos. O fornecimento internacional de alimentos está sob ameaça. Os riscos de quebra generalizada nas colheitas devido a eventos extremos que atingem locais em todo o mundo aumentarão se as emissões não forem reduzidas rapidamente. Isto poderia levar à escassez global de alimentos e ao aumento de preços, o que prejudicará particularmente as pessoas mais pobres. O novo relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, na tradução em português) sugere que esses fatores prejudicarão especialmente a agricultura no Brasil se as temperaturas continuarem a subir. A produção de arroz poderia cair em 6% com altas emissões. A produção de trigo poderia cair 21%, e a de milho poderia cair em até 71% até o final do século no Cerrado. Além disso, a combinação do aumento contínuo de emissões de gases de efeito estufa com o desmatamento local pode causar uma queda de 33% na produção de soja e na das pastagens na Amazônia. Os impactos das mudanças climáticas também prejudicarão a pesca e a aquicultura no Brasil. Se as emissões seguirem altas, a produção de peixes cairá em 36% no período 2050-2070 em comparação com 2030-2050. Além de tudo isso, estudos sugerem que as mudanças climáticas refletem em mudanças no ambiente como a alteração de ecossistemas e de ciclos biológicos, geográficos, e químicos, que podem aumentar a incidência de doenças infecciosas (malária, dengue etc.), mas também de doenças não-transmissíveis, que incluem a desnutrição e enfermidades mentais.

Adaptado de: <https://cienciahoje.org.br/artigo/as-mudancas-climaticas-ja-afetam-nossas-vidas/>. Acesso em: 7 set. 2022.

1

O texto é um exemplar de qual gênero textual?

- (A) Entrevista.
- (B) Artigo científico.
- (C) Artigo de opinião.
- (D) Diálogo.
- (E) Notícia.

2

Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho a seguir apresenta um desvio quanto às normas de concordância verbal: “Metade da população mundial já vive sob risco climático [...]”.

- (A) Metade dos habitantes do planeta já vive sob risco climático.
- (B) Metade dos habitantes do planeta já vivem sob risco climático.
- (C) 50% da população mundial já vive sob risco climático.
- (D) 50% dos habitantes do planeta já vive sob risco climático.
- (E) 50% dos habitantes do planeta já vivem sob risco climático.

3

Sobre o excerto “Isto poderia levar à escassez global de alimentos e ao aumento de preços [...]”, assinale a alternativa correta.

- (A) O pronome demonstrativo se refere a uma informação que será apresentada posteriormente no texto.
- (B) Os termos “de alimentos” e “de preços” são complementos nominais cuja presença é sintaticamente obrigatória.
- (C) O acento grave indica a junção da preposição “a” ao artigo “a”, sendo aquela passível de substituição por “em” sem que isso cause prejuízo sintático ou semântico ao excerto.
- (D) O verbo “levar” é transitivo indireto e tem o mesmo sentido que “transportar”.
- (E) O verbo “poderia” está conjugado no modo subjuntivo, veiculando a ideia de dúvida.

4

Em “[...] podem aumentar a incidência de doenças infecciosas (malária, dengue etc.), mas também de doenças não-transmissíveis [...]”, a expressão destacada sinaliza, entre os termos da oração, uma relação de

- (A) correção.
- (B) explicação.
- (C) concessão.
- (D) adversidade.
- (E) adição.

5

A partir da leitura do texto, é correto afirmar que

- (A) todos os lugares do planeta serão prejudicados igualmente devido às mudanças climáticas.
- (B) a crise climática global é causada pela grande densidade populacional e pelos altos índices de pobreza das regiões próximas da linha do Equador.
- (C) a queda da produção de peixes será responsável diretamente pelo aumento da incidência de doenças infecciosas nas pessoas.
- (D) a produção de arroz é a que poderia ser mais afetada pelas altas emissões de gases de efeito estufa.
- (E) secas, ondas de calor e enchentes são exemplos de eventos climáticos extremos.

6

Assinale a alternativa em que o verbo “poder” NÃO apresenta um sujeito simples.

- (A) “A produção de arroz poderia cair em 6% com altas emissões.”.
- (B) “A produção de trigo poderia cair 21% [...]”.
- (C) “Pode falar dos efeitos dessa crise climática na segurança alimentar e na saúde humana?”.
- (D) “Além disso, a combinação do aumento continuado de emissões de gases de efeito estufa com o desmatamento local pode causar uma queda de 33% [...]”.
- (E) “Isto poderia levar à escassez global de alimentos [...]”.

7

Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita gramatical e semanticamente adequada para o excerto “Todos os modelos mostram que, no Brasil, aumentarão a frequência e intensidade de ondas de calor [...]”.

- (A) Todos os modelos apontam que a frequência e a intensidade de ondas de calor aumentarão no Brasil.
- (B) No Brasil, os modelos todos demonstram que a frequência e a intensidade de ondas de calor será aumentada.
- (C) Os modelos mostram que no Brasil aumentar-se-á a frequência e a força das ondas de calor.
- (D) O aumento da frequência e da intensidade de ondas de calor é mostrada por todos os modelos brasileiros.
- (E) Todos os modelos do Brasil mostram que, o aumento na frequência e na intensidade de ondas de calor, podem ocorrer.

8

Assinale a alternativa em que a expressão destacada atua na coesão referencial do texto e pode ser substituída pelo termo “tais” sem que isso cause prejuízo sintático ou semântico ao excerto.

- (A) “Além disso, é importante falar que as áreas próximas da linha do Equador [...]”.
- (B) “Além de tudo isso, estudos sugerem que as mudanças climáticas refletem em mudanças no ambiente [...]”.
- (C) “Pode falar dos efeitos dessa crise climática na segurança alimentar e na saúde humana?”.
- (D) “O novo relatório do IPCC [...] sugere que esses fatores prejudicarão especialmente a agricultura no Brasil [...]”.
- (E) “Além disso, a combinação do aumento continuado de emissões de gases de efeito estufa com o desmatamento local [...]”.

9

Sobre o emprego dos parênteses no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Quais lugares do planeta estão sendo (e serão no futuro) mais afetados [...]”, a substituição dos parênteses por vírgulas causaria prejuízo semântico ao excerto.
- (B) Em “Quais lugares do planeta estão sendo (e serão no futuro) mais afetados [...]”, os parênteses podem ser omitidos sem que isso cause prejuízo sintático ao excerto.
- (C) Em “O novo relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, na tradução em português) sugere que [...]”, os parênteses podem ser omitidos sem que isso cause prejuízo sintático ao excerto.
- (D) Em “[...] podem aumentar a incidência de doenças infecciosas (malária, dengue etc.) [...]”, a substituição dos parênteses por travessões causaria prejuízo sintático ao excerto.
- (E) Em “[...] podem aumentar a incidência de doenças infecciosas (malária, dengue etc.) [...]”, os parênteses têm a função de destacar a informação mais importante do excerto.

10

Sobre o termo destacado em “As mudanças climáticas já afetam nossas vidas”, é correto afirmar que

- (A) apresenta o mesmo sentido que em “Já que todos estão de acordo, podemos encerrar o debate”.
- (B) apresenta o mesmo sentido que em “Ele gosta de frutas, já sua irmã gosta de legumes”.
- (C) a sua omissão modificaria o sentido original do excerto.
- (D) a sua omissão prejudicaria a sintaxe do excerto.
- (E) apresenta o mesmo sentido que em “Tentamos novamente amanhã, já que hoje parece impossível”.

Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Estado de Goiás

11

A partir da década de 1940, é nítido um grande fluxo migratório para a região central do estado de Goiás. A esse respeito, assinale a alternativa correta quanto à explicação para esse fluxo migratório.

- (A) Um dos pontos que explica a grande migração de pessoas para a região central do estado de Goiás a partir de 1940 é a descoberta de minas de ouro nessa região, que foi um importante produto da economia goiana até a década de 1980.
- (B) O principal fator para esse grande fluxo migratório refere-se às inúmeras indústrias automobilísticas que foram criadas na região de Anápolis na década de 1930.
- (C) Em um primeiro momento, a criação da nova capital Goiânia e, posteriormente, a fundação da nova capital brasileira, Brasília (ainda que em outra região), foram fatores que causaram um grande fluxo de pessoas para toda a região central do estado de Goiás.
- (D) Esse fluxo migratório está relacionado ao desenvolvimento acentuado da pecuária nessa região.
- (E) O grande fluxo migratório para essa região do estado de Goiás explica-se em grande parte pela criação da nova capital brasileira, Brasília, na década de 1940 e, posteriormente, da nova capital goiana, Goiânia, em 1950.

12

Dentre as diversas fontes econômicas do estado de Goiás, o turismo tem sido uma das mais pujantes nos últimos anos. A esse respeito, assinale a alternativa que corresponde à cidade e sua região que possuem como grande atrativo turístico suas águas termais.

- (A) Região de Porangatu.
- (B) Região de Caldas Novas.
- (C) Região de Anápolis.
- (D) Região de Goianésia.
- (E) Região de Rio Verde.

13

O Brasil é um país que apresenta o aspecto pluricultural nos nomes das suas cidades, estados, entre outros lugares. Assinale a alternativa correta quanto à origem do nome do estado de Goiás.

- (A) Homenagem a um povo de origem africana.
- (B) Originário dos portugueses que homenagearam uma região de Portugal que tinha o mesmo nome.
- (C) Refere-se a um tipo de árvore.
- (D) Está relacionado a um grupo de bandeirantes que chegaram à região do atual estado.
- (E) Tem como origem o nome de um povo indígena.

14

Em 1822, o processo de independência do Brasil diante de Portugal se concretizava e afetou todas as províncias do território. Assinale a alternativa correta quanto à situação política da província de Goiás logo após a proclamação da independência.

- (A) A situação era extremamente conturbada antes de 1822 e se acentuou com a independência, pois, com a nova conjuntura nacional, os diversos grupos das elites viam espaço para conquistar o poder.
- (B) Não houve grandes lutas pelo poder na província, pois esta era controlada pela família Caiado, que detinha o controle das minas de ouro da região.
- (C) A situação era estável e de certa forma tranquila, sem maiores disputas pelo poder na província, que tinha, como líder único, Pedro Ludovico Teixeira.
- (D) O poder político no estado era dominado pela oligarquia da família dos Bulhões, que controlava também o setor econômico, especificamente a produção açucareira.
- (E) Houve uma grande disputa pelo controle político na província, principalmente entre as oligarquias representadas pelas famílias Caiado e Bulhões, que controlavam a produção de café na região, principal produto da economia goiana.

Raciocínio Lógico

15

Considere que uma das atribuições do Escrivão de Polícia da 3ª Classe é executar os trabalhos de datilografia/digitação necessários ao desempenho de suas funções e que João não é Escrivão de Polícia da 3ª Classe. Usando o raciocínio lógico, pode-se concluir que

- (A) João não executa trabalhos de datilografia nem de digitação.
- (B) se João executa trabalhos de datilografia/digitação, então ele é Escrivão de Polícia da 3ª Classe.
- (C) se João não é Escrivão de Polícia da 3ª Classe, então ele não executa trabalhos de datilografia/digitação.
- (D) caso João fosse Escrivão de Polícia da 3ª Classe, teria, entre suas atribuições, a execução dos trabalhos de datilografia/digitação.
- (E) para que João execute trabalhos de datilografia/digitação, é necessário que seja Escrivão de Polícia da 3ª Classe.

16

Certo Escrivão de Polícia da 3ª Classe, enquanto catalogava os documentos relativos ao serviço, subdividiu seu trabalho de tal maneira que começasse por 92 documentos na primeira hora de trabalho, 90 na segunda hora, 88 na terceira hora, e assim sucessivamente (diminuindo dois documentos a cada nova hora) até que os documentos acabassem. Sabe-se que:

- não foram acrescentados quaisquer outros documentos até que esse serviço acabasse;
- esse Escrivão não teve ajuda de qualquer outro funcionário para executar essa tarefa;
- a execução desse trabalho deve acontecer obrigatoriamente em um dia útil (de segunda-feira a sexta-feira);
- a carga horária diária destinada para tal atividade é de apenas 3 horas.

Diante dessas informações, se o Escrivão começou suas atividades em uma quarta-feira, é previsto que encerre seu trabalho em uma

- (A) segunda-feira.
- (B) terça-feira.
- (C) quarta-feira.
- (D) quinta-feira.
- (E) sexta-feira.

17

Considere as letras da palavra ESCRIVAO e todos os “N” conjuntos formados por 4 dessas letras. Cada um desses “N” conjuntos é escrito em um pedaço de papel, de modo que cada conjunto esteja em um papel. Se esses “N” papéis forem colocados em uma urna e embaralhados, então a probabilidade de se sortear um papel cujo conjunto escrito só tem vogais é igual a

- (A) 1/1680.
- (B) 1/420.
- (C) 1/300.
- (D) 1/210.
- (E) 1/70.

18

Se José for aprovado no concurso, será Escrivão de Polícia da 3ª Classe. Se ele for Escrivão de Polícia da 3ª Classe, deverá expedir intimações. Se ele expedir intimações, deverá acompanhar autoridades policiais em suas diligências. Do ponto de vista lógico, se José não acompanhou autoridades policiais em suas diligências, pode-se dizer que

- (A) José foi aprovado no concurso.
- (B) José é Escrivão de Polícia da 3ª Classe.
- (C) José expediu intimações.
- (D) José não expediu intimações ou José foi aprovado no concurso.
- (E) José não é Escrivão de Polícia da 3ª Classe e José acompanhou autoridades policiais em suas diligências.

19

Afirma-se que “todo Escrivão de Polícia da 3ª Classe trabalha em Goiás”. Se essa afirmação é falsa, pode-se concluir corretamente que

- (A) algum Escrivão de Polícia da 3ª Classe não trabalha em Goiás.
- (B) nenhum Escrivão de Polícia da 3ª Classe trabalha em Goiás.
- (C) algum Escrivão de Polícia da 3ª Classe trabalha em Goiás.
- (D) todo Escrivão de Polícia da 3ª Classe trabalha em outro estado da Federação.
- (E) alguém que trabalha em Goiás é Escrivão de Polícia da 3ª Classe.

Noções de Direito Administrativo

20

Mário é servidor público e cometeu transgressão disciplinar de natureza média, sendo aplicável ao caso a pena de suspensão. Ocorre que a ausência de Mário trará gravíssimo prejuízo ao serviço pela impossibilidade de sua substituição, em razão dos prazos internos do órgão público onde atua. Considerando o disposto na Lei Estadual nº 20.756/2020, como a Administração poderá proceder?

- (A) A penalidade de suspensão de Mário não poderá ser convertida em outra penalidade, devendo o servidor, nesse caso, ser suspenso de suas atividades por até 120 (cento e vinte dias).
- (B) A penalidade de suspensão de Mário poderá, mediante ato fundamentado, ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) do valor diário da remuneração, do vencimento ou do subsídio, por dia de suspensão, devendo o servidor, nesse caso, cumprir integralmente a jornada de trabalho a que está submetido.
- (C) A penalidade de suspensão de Mário poderá, mediante ato fundamentado, ser convertida em advertência acrescida de multa de até 70% (setenta por cento) do valor diário da remuneração, do vencimento ou do subsídio, devendo o servidor, nesse caso, cumprir integralmente a jornada de trabalho a que está submetido.
- (D) A penalidade de suspensão de Mário poderá ser convertida em demissão, tendo em vista a impossibilidade da substituição do servidor e sua impossibilidade de cumprir integralmente a jornada de trabalho a que está submetido.
- (E) A penalidade de suspensão de Mário poderá, mediante ato fundamentado, ser convertida em advertência acrescida de multa de até 50% (cinquenta por cento) do valor mensal da remuneração, do vencimento ou do subsídio, devendo o servidor, nesse caso, cumprir integralmente a jornada de trabalho a que está submetido.

21

O ato administrativo pode ser classificado de diversas maneiras. Considerando a classificação quanto ao seu conteúdo, assinale a alternativa que apresenta a classificação e descrição INCORRETAS.

- (A) O ato constitutivo é o que cria uma nova situação jurídica individual para seus destinatários em relação à Administração.
- (B) O ato abdicativo é aquele pelo qual o titular abre mão de um direito, dependendo de autorização legislativa.
- (C) O ato extintivo é o que põe termo a situações jurídicas individuais, como, por exemplo, a cassação de autorização.
- (D) O ato simplificado é o que visa reconhecer situações preexistentes ou, mesmo, possibilitar seu exercício, como, por exemplo, a emissão de certidões.
- (E) O ato alienativo é o que opera a transferência de bens ou direitos de um titular a outro.

22

Assinale a alternativa correta acerca dos processos administrativos de acordo com o que dispõe a Lei Estadual de Goiás nº 13.800/2001 e suas alterações.

- (A) Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- (B) Em relação às intimações dos interessados no processo administrativo, serão anuláveis quando feitas sem observância das prescrições legais, sendo que o comparecimento do administrado não supre sua irregularidade.
- (C) O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.
- (D) Quando não houver disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados em dez dias.
- (E) Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras, observada a prévia manifestação do interessado no prazo de vinte e quatro horas.

23

Considerando os poderes administrativos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () No poder hierárquico, a submissão hierárquica retira do inferior a atuação política, isto é, despoja o subordinado da ação de comando, permitindo-lhe, tão somente, agir no estrito âmbito de suas atribuições específicas.
- () No uso do poder regulamentar, a Administração Pública controla o desempenho das funções executivas e a conduta interna de seus servidores, responsabilizando-os pelas faltas cometidas.
- () Em relação ao poder de polícia distribuído entre as entidades estatais, a regra é a concorrência do policiamento administrativo dos municípios, estados e união, e a exceção é a exclusividade do policiamento.
- () Por meio do poder disciplinar, a Administração atua atendendo o benefício do serviço e, por esse objetivo, julga a conveniência e oportunidade da punição do servidor, dentro das normas específicas da repartição.

- (A) V – F – V – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) V – F – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) F – F – V – V.

24

João é servidor público e foi condenado ao ressarcimento ao erário em razão da prática de improbidade administrativa. Ocorre que ele não tem condições financeiras de quitar o débito, necessitando do parcelamento da dívida. De acordo com o que prevê a Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- (A) O débito poderá ser parcelado mediante autorização judicial em, no máximo, vinte e quatro parcelas monetariamente corrigidas, se demonstrada a incapacidade financeira do réu.
- (B) A lei não prevê a possibilidade de parcelamento do débito, mas, verificando o juiz a hipossuficiência do réu, poderá deferir a medida.
- (C) Caso a parte reconheça a dívida, poderá depositar judicialmente trinta por cento do valor da dívida e parcelar o saldo remanescente em seis parcelas nos meses subsequentes, sempre corrigidas monetariamente até o pagamento.
- (D) O parcelamento poderá ocorrer mediante requerimento administrativo perante a autoridade competente até o limite máximo de dez parcelas corrigidas monetariamente.
- (E) Comprovada a incapacidade financeira da parte, o juiz poderá deferir o parcelamento em até quarenta e oito parcelas mensais, corrigidas monetariamente.

25

Considerando o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que NÃO representa um dos objetivos do processo licitatório previsto em lei.

- (A) Suprir as necessidades da Administração Pública observando a supremacia do interesse público.
- (B) Evitar contratações, com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis, e superfaturamento na execução dos contratos.
- (C) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- (D) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- (E) Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Noções de Direito Constitucional

26

Assinale a alternativa correta acerca da classificação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- (A) Quanto à origem, é outorgada porque foi eleita diretamente pelo povo, sendo, assim, democrática.
- (B) Quanto à extensão, é sintética, visto que é enxuta e não tece minúcias, motivo pelo qual é mais duradoura.
- (C) Quanto ao modo de elaboração, é dogmática porque se baseia em teorias, planos e sistemas prévios e foi criada de uma só vez por uma Assembleia Constituinte.
- (D) Quanto à alterabilidade, é imutável porque algumas matérias exigem um processo de alteração mais dificultoso do que aquele exigido para as leis infraconstitucionais.
- (E) Quanto à dogmática, é ortodoxa porque é formada por ideologias distintas que se unem em um mesmo contexto.

27

Em relação aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (B) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção culposa ou dolosa.
- (C) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- (D) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- (E) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

28

Paulo é espanhol e Maria é brasileira naturalizada e tiveram o filho João, nascido na Espanha. João foi registrado em repartição brasileira competente. Considerando as informações apresentadas e o que dispõe a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) João é brasileiro naturalizado, tendo em vista que sua mãe Maria também é brasileira naturalizada.
- (B) Como Maria é naturalizada, para que João seja naturalizado, é necessário que ele venha a residir no Brasil e, após a maioridade, opte pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo.
- (C) João deverá manifestar sua opção pela nacionalidade brasileira após atingir a maioridade perante o consulado do Brasil na Espanha.
- (D) João não é brasileiro naturalizado porque seu pai tem a nacionalidade espanhola e a mãe não estava a serviço do Brasil.
- (E) João é brasileiro nato, ainda que a mãe seja brasileira naturalizada.

29

Carina é escrivã e trabalha na Polícia Civil de Goiás há cinco anos, adquirindo estabilidade no cargo. Com base na Constituição Federal de 1988 no que concerne aos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Carina poderá perder o cargo em caso de sentença judicial, ainda que não transitada em julgado, desde que a condenação se refira à improbidade administrativa.
- (B) Carina não poderá perder o cargo em razão de processo administrativo, ainda que assegurada a ampla defesa, em razão do princípio da estabilidade.
- (C) Se houver sua demissão, Carina poderá invalidar a decisão por meio de sentença judicial, ocorrendo a sua reversão ao cargo anteriormente ocupado.
- (D) Em caso de extinção do cargo de Carina, esta ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (E) Em razão da natureza do cargo de Carina, a estabilidade no cargo de escrivã ocorre após dois anos de efetivo exercício.

30

Em relação à segurança pública, assinale a alternativa INCORRETA, considerando o disposto na Constituição Federal de 1988.

- (A) A polícia federal destina-se a exercer, sem exclusividade, as funções de polícia judiciária da União e exercer, com exclusividade, as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- (B) Aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, cabe a execução de atividades de defesa civil.
- (C) A segurança viária compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei.
- (D) A segurança pública é exercida através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares, polícias penais federal, estaduais e distrital.
- (E) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

31

Pedro é escrivão da Polícia Civil de Goiás e recebeu, na delegacia, uma ocorrência na qual o declarante alega que um jovem de quinze anos está trabalhando em uma empresa, indicando ofensa à Constituição Federal por trabalho infantil. Considerando essa situação hipotética e o que dispõe a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado o trabalho aos menores de dezoito anos, salvo aprendiz a partir de dezesseis anos.
- (B) Não há impedimentos para o trabalho do menor em questão, desde que seja contratado na modalidade aprendiz e que não exerça atividade insalubre ou perigosa.
- (C) A constituição não permite o trabalho de menores de dezesseis anos, priorizando a educação e o aprendizado nessa fase da vida.
- (D) O menor de dezesseis anos não pode exercer atividades insalubres ou perigosas, que são permitidas somente a partir dos dezesseis anos completos.
- (E) A constituição permite o trabalho em geral do adolescente e do jovem a partir dos quatorze anos, sendo aprendiz ou não, desde que não seja insalubre ou perigoso.

32

Considerando o que dispõe a Constituição Federal acerca do poder judiciário, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros, dentre eles um juiz estadual, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- () O ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- () O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- () Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

- (A) V – F – F – F.
- (B) V – V – V – F.
- (C) F – F – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – F – V – V.

Noções de Direito Penal

33

São exemplos de delitos uniofensivo e pluriofensivo, respectivamente:

- (A) ameaça e homicídio.
- (B) roubo e aborto.
- (C) homicídio e instigação ao suicídio.
- (D) aborto e ameaça.
- (E) furto e roubo.

34

Assinale a alternativa que apresenta o delito e sua respectiva classificação quanto ao sujeito ativo.

- (A) Infanticídio: delito comum.
- (B) Falso testemunho ou falsa perícia: delito de mão própria.
- (C) Peculato: delito especial impróprio.
- (D) Rixa: delito especial próprio.
- (E) Ameaça: delito de concurso necessário.

35

Nivaldo é um policial civil em campana no entorno de um cativeiro onde dois sequestradores exigem pagamento de valores para liberarem uma criança raptada. Por estratégia, ele opta por uma ação controlada e retarda a intervenção policial no local. O agente quer que a família realize o pagamento da libertação para que o delito de extorsão mediante sequestro finalmente se consuma e a prisão em flagrante possa ser feita por crime hediondo. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Nivaldo está equivocado, pois o crime de extorsão mediante sequestro é delito de resultado cortado e já se consumou antes do pagamento.
- (B) O retardamento da intervenção policial é necessário, pois o crime de extorsão mediante sequestro é crime material.
- (C) Nivaldo está equivocado, pois o crime de extorsão mediante sequestro é delito formal e se consuma independentemente da requisição de vantagem pecuniária.
- (D) O eventual pagamento da extorsão é mero exaurimento da conduta do crime de extorsão mediante sequestro, delito classificado como crime de perigo concreto.
- (E) Nivaldo está equivocado, pois o crime de extorsão mediante sequestro é delito de mera atividade, bastando a restrição à liberdade individual para que se consuma.

36

Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta. É _____ o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

- (A) justificável
- (B) semi-imputável
- (C) atípico
- (D) isento de pena
- (E) indultável

37

Alcebiades é servidor lotado na Delegacia de Polícia de Valparaíso de Goiás e, sabendo que houve uma apreensão de celulares em uma operação policial e que tais objetos estão guardados no cofre da repartição pública, decide subtrair um deles, o de maior valor, para posteriormente vendê-lo. Porém, acovardado para agir ilícitamente, decide fumar seguidamente vários cigarros de *Cannabis sativa* (maconha) para relaxar antes de praticar o peculato. Caso Alcebiades seja flagrado praticando o delito, é correto afirmar que

- (A) a embriaguez de Alcebiades é típico caso fortuito de recreação não consentida pelo agente e, portanto, isenta o praticante de pena.
- (B) a embriaguez de Alcebiades é culposa e exclui a culpabilidade do agente.
- (C) somente a embriaguez por força maior poderia tornar Alcebiades inimputável, tal como se ele fosse coagido a usufruir do entorpecente.
- (D) a embriaguez de Alcebiades, embora dolosa, pode excluir sua culpabilidade se restar comprovada a extrapolação dos efeitos não planejados pelo agente.
- (E) Alcebiades não poderá alegar inimputabilidade por fumo de entorpecente, pois a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, não exclui a imputabilidade.

38

Débora é escrivã de polícia civil na Delegacia de Hidrolândia-GO e precisa colher depoimento de uma vítima que contraiu sífilis após praticar relações sexuais com outra pessoa positivada. O inquérito se funda na hipótese de crime por periclitção da vida e da saúde. Sobre esse tema, é correto afirmar que

- (A) o agente vetor não comete qualquer crime em hipótese, pois as relações sexuais são abonadas pela justificante do estado de necessidade.
- (B) se o agente vetor sabia que estava infectado, mas praticou relações sexuais sem o fim de infectar a vítima, então ele incorrerá no crime de perigo de contágio de moléstia grave.
- (C) se o agente vetor sabia que estava infectado e praticou relações sexuais com o fim de infectar a vítima, então ele incorrerá no crime de perigo de contágio venéreo.
- (D) se o agente vetor não sabia que estava infectado, ainda assim deverá responder por perigo para a vida ou saúde de outrem.
- (E) o crime hipotético do agente vetor é o de maus-tratos, pois ele expôs a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância.

39

Dois vereadores chamados Mauro e Nilson discutem no estacionamento do prédio da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia-GO, quando Mauro chama o outro de receptador. Nilson, por sua vez, replica dizendo que Mauro é conhecido por perturbar a tranquilidade do bairro em que reside promovendo algazaras em sua casa. Considerando que ambos estão excluídos da imunidade parlamentar por não estarem em ofício no plenário da Casa Legislativa, é correto afirmar que Mauro e Nilson cometeram, respectivamente:

- (A) calúnia e calúnia.
- (B) injúria e difamação.
- (C) difamação e calúnia.
- (D) injúria e injúria.
- (E) injúria e calúnia.

40

Em relação aos crimes contra a pessoa, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A pena do crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação é duplicada se o crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil.
- (B) A pena do crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação é duplicada se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real.
- (C) A pena do crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação é duplicada se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.
- (D) Responderá por homicídio quem instigar o suicídio de pessoa menor de 14 (catorze) anos e o ato se consumir com a morte.
- (E) É qualificado o crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação se o suicídio se consuma ou se da automutilação resulta morte.

41

São considerados crimes contra o patrimônio de consumação instantânea as seguintes condutas, EXCETO

- (A) sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate.
- (B) subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.
- (C) subtrair o condômino, co-herdeiro ou sócio, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum.
- (D) obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.
- (E) tomar refeição em restaurante, alugar-se em hotel ou utilizar-se de meio de transporte sem dispor de recursos para efetuar o pagamento.

42

Quanto aos atos que compõem a fase de execução criminosa, assinale a alternativa que apresenta um delito unissubsistente contra a fé pública e um delito unissubsistente contra a administração pública, respectivamente.

- (A) Emissão de título ao portador sem permissão legal e concussão.
- (B) Falsa identidade e tráfico de influência.
- (C) Supressão de documento e condescendência criminosa.
- (D) Petrechos para falsificação de moeda e advocacia administrativa.
- (E) Falsidade ideológica e prevaricação.

43

Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz _____ penal e será considerada _____, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.

- (A) da cognição / débito
- (B) da execução / dívida de valor
- (C) da cognição / dívida de valor
- (D) da execução / crédito
- (E) do processo / dívida ativa

Noções de Direito Processual Penal

44

Emanuel é delegado de polícia em Anápolis-GO e inicia o interrogatório de um sujeito preso em flagrante por tráfico de entorpecentes próximo a uma escola. O interrogado confessa o delito. Emanuel, então, decreta a prisão preventiva do investigado e oficia ao juízo plantonista para que referende sua decisão. Diante desse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) Emanuel está equivocado, pois o delegado de polícia não pode decretar nenhum tipo de prisão.
- (B) Enquanto não existir processo penal, cabe ao delegado de polícia aplicar medidas cautelares naturais ou diversas da prisão.
- (C) O delegado de polícia, como autoridade policial, pode representar em juízo pela prisão preventiva de determinada pessoa, mas não pode decretá-la.
- (D) Emanuel está equivocado, pois a autoridade policial só pode prender alguém em flagrante por crimes que envolvem violência ou grave ameaça.
- (E) A autoridade policial só pode decretar prisão mediante requisição do membro do Ministério Público.

45

Mauro é delegado de polícia em Abadiânia-GO e inicia o interrogatório de um sujeito preso em flagrante pelo crime de injúria racial. Após o ato, Mauro fixa fiança no valor de 100 (cem) salários-mínimos. Com base no exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) Mauro extrapolou sua competência, pois a autoridade policial só pode afiançar crimes que envolvam penas superiores a 4 (quatro) anos de reclusão.
- (B) Mauro poderia ter arbitrado fiança acima do valor originalmente fixado.
- (C) Mauro deveria ter arbitrado valor máximo de 10 (dez) salários-mínimos.
- (D) Mauro não poderia ter arbitrado a fiança, pois o crime nesse contexto é inafiançável.
- (E) A fiança arbitrada por delegado de polícia deve ser referendada pelo juízo competente.

46

Em processo penal que apura crime de corrupção ativa, o advogado do réu argui, em resposta à acusação, a extinção da punibilidade dos fatos narrados em denúncia, mas o juízo, ao apreciar a tese, indefere o requerimento de absolvição sumária, por entender que a contagem prescricional não pode ocorrer antes do recebimento da denúncia. Contra essa decisão judicial, é cabível

- (A) apelação.
- (B) mandado de segurança.
- (C) agravo.
- (D) recurso em sentido estrito.
- (E) recurso inominado.

47

Valério foi processado por estupro de vulnerável mediante conjunção carnal contra uma criança de 9 anos de idade. No caso, o exame de corpo de delito efetuado na criança apontou a prática do constrangimento sexual e foi colhida amostra de material biológico presente no canal vaginal da vítima. Contudo a cadeia de custódia foi quebrada, e o recipiente onde estava armazenado o material genético foi perdido pelo Poder Público. Indefeso, Valério foi condenado. Um ano após iniciar o cumprimento de pena em regime fechado, foi comunicado ao seu advogado que o recipiente que armazenava o material biológico foi encontrado, e o exame de DNA executado sobre seu conteúdo concluiu que o vestígio coletado não pertencia a Valério. Animado com a hipótese de rescindir a sentença condenatória, Valério poderá utilizar o laudo pericial para ajuizar

- (A) ação rescisória.
- (B) protesto por novo julgamento.
- (C) recurso extraordinário.
- (D) embargos de nulidade.
- (E) revisão criminal.

48**Em relação aos procedimentos de cognição, assinale a alternativa correta.**

- (A) Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.
- (B) Serão residualmente sumários todos os procedimentos comuns que não tiverem por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- (C) O procedimento sumaríssimo tem rito cível e tramitação subsidiária perante os Juizados Especiais.
- (D) As decisões de rejeição da denúncia e absolvição sumária possuem as mesmas causas motivadoras.
- (E) As provas serão produzidas em uma só audiência, sendo defeso ao juiz indeferir aquelas hipoteticamente protelatórias, sob pena de violação ao princípio da ampla defesa.

49**Sobre os procedimentos sumário e sumaríssimo, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Na instrução do procedimento sumário, poderão ser inquiridas até 5 (cinco) testemunhas arroladas pela acusação e 5 (cinco) pela defesa.
- (B) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença, caberá recurso em sentido estrito, que poderá ser julgado por turma composta de cinco juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- (C) No procedimento sumário, as alegações finais serão orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à acusação e à defesa, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por mais 10 (dez), proferindo o juiz, a seguir, a sentença.
- (D) No procedimento sumaríssimo, durante a audiência, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão respeitar a dignidade da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, sendo vedada a manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos.
- (E) No procedimento sumaríssimo, diversamente do procedimento ordinário, os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

50**Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.**

É _____ a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à _____ do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

- (A) subsidiária / habilitação
- (B) privativa / habilitação
- (C) concorrente / representação
- (D) privativa / inércia
- (E) concorrente / inércia

51**Sobre regras de competência, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) A precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.
- (B) Se, iniciado o processo perante um juiz, houver desclassificação para infração da competência de outro, a este será remetido o processo, salvo se mais graduada for a jurisdição do primeiro, que, em tal caso, terá sua competência prorrogada.
- (C) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- (D) A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos não se restringe aos crimes de competência da Justiça comum estadual.
- (E) Aos juízes federais compete processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho.

52

A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes.
- (B) Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça natural, pode a ação penal ser iniciada sem novas provas caso o promotor de justiça substituto opine diversa e posteriormente.
- (C) Na hipótese de crimes relacionados ao tráfico de pessoas com autorização de captação de sinais de posicionamento da estação de cobertura, setorização e intensidade de radiofrequência, o inquérito policial deverá ser instaurado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contado do registro da respectiva ocorrência policial.
- (D) Ao fazer a remessa dos autos do inquérito ao juiz competente, a autoridade policial oficiará ao Instituto de Identificação e Estatística, ou repartição congênere, mencionando o juízo a que tiverem sido distribuídos, e os dados relativos à infração penal e à pessoa do indiciado.
- (E) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

53

Em relação ao acordo de não persecução penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Será eventualmente cabível oferecimento de acordo de não persecução penal àquele investigado reincidente por insignificantes infrações penais pretéritas.
- (B) Para aferição da pena mínima cominada ao delito imputado ao investigado, serão consideradas as menores frações de causas de aumento e maiores frações de causas de diminuição aplicáveis ao caso concreto.
- (C) Não se aplica acordo de não persecução penal se o investigado fizer jus à suspensão condicional do processo.
- (D) É vedado estabelecer prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período igual à pena mínima cominada ao delito.
- (E) O pagamento de prestação pecuniária como condicionante da celebração do acordo será preferencialmente direcionado a entidade pública ou de interesse social que tenha como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito.

54

Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta. Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por _____ do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

- (A) continência ou conexão
- (B) distribuição e conexão
- (C) continência ou prevenção
- (D) conexão ou prevenção
- (E) distribuição e prevenção

Noções de Legislação Penal e Processual Penal Especial

55

Considera-se crime equiparado ao de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, com pena de 3 (três) a 6 (seis) anos de reclusão:

- (A) disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime.
- (B) deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade.
- (C) deixar o diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que esteja sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato.
- (D) vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente.
- (E) vender ou entregar arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente.

56

É considerado crime de trânsito previsto no Código de Trânsito Brasileiro:

- (A) dirigir o veículo usando calçado que não se firme nos pés ou que comprometa a utilização dos pedais.
- (B) inovar artificialmente, em caso de acidente automobilístico com vítima, na pendência do respectivo procedimento policial preparatório, inquérito policial ou processo penal, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, a fim de induzir a erro o agente policial, o perito, ou juiz.
- (C) utilizar as luzes do veículo, o pisca-alerta, exceto em imobilizações ou situações de emergência.
- (D) deixar de manter acesas, à noite, as luzes de posição, quando o veículo estiver parado, para fins de embarque ou desembarque de passageiros e carga ou descarga de mercadorias.
- (E) transportar, em veículo destinado ao transporte de passageiros, carga excedente em desacordo com o estabelecido em regulamento.

57

Mateus foi condenado por roubo simples à pena de 10 (dez) anos de reclusão e iniciou o cumprimento de pena em regime fechado na penitenciária de Goiânia-GO. Durante seu estágio no presídio, foi pego com grande quantidade de cocaína dentro de sua cela e foi processado por tráfico de drogas e condenado à pena de 9 (nove) anos de reclusão. Ao iniciar o cumprimento da segunda pena recebida, o juízo da execução penal deverá considerar qual percentual como tempo de progressão penal?

- (A) 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.
- (B) 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.
- (C) 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário específico.
- (D) 30% (trinta por cento), se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.
- (E) 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado.

58

Josué, delegado de polícia em plantão noturno na Delegacia de Anápolis-GO, percebe a chegada de dois policiais militares conduzindo uma pessoa presa em flagrante por crime ambiental. Após inquirir oficialmente os milicianos, inicia o interrogatório da pessoa capturada, mas ela informa que deseja se manter em silêncio. Os policiais militares se incomodam e iniciam constrangimento para que a pessoa responda às perguntas de Josué, quando este relembra os milicianos que o interrogatório forçado é crime de abuso de autoridade. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Josué está equivocado, pois só haveria crime de abuso de autoridade se ele constrangesse a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo.
- (B) Josué não poderia proceder ao interrogatório da pessoa capturada em flagrante delito durante repouso noturno.
- (C) Conforme a Lei de Abuso de Autoridade, não é crime interrogar pessoa que tenha optado por ser assistida por advogado ou defensor público sem a presença de seu patrono.
- (D) Josué está correto, pois é crime de abuso de autoridade prosseguir com o interrogatório de pessoa que tenha decidido exercer o direito ao silêncio.
- (E) A Lei de Abuso de Autoridade veda penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade.

59

Richarlison, gerente de um hotel em Caldas Novas-GO, anunciou no hall de entrada do estabelecimento que não mais receberia hóspedes provenientes da Argentina enquanto não se encerrasse a Copa do Mundo de Futebol de 2022. Na ocasião, expulsou um casal argentino que havia acabado de chegar ao hotel para se alojar em um dos quartos. Sobre a conduta de Richarlison, é possível afirmar que ele

- (A) não cometeu infração penal, embora possa ser processado por danos à coletividade.
- (B) cometeu injúria racial contra o casal e difamação contra a etnia argentina.
- (C) não cometeu infração penal, mas cometeu contravenção penal por preconceito de raça ou de cor.
- (D) cometeu contravenção penal por recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador em virtude de preconceito étnico.
- (E) cometeu crime de preconceito por impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar, motivado por discriminação de procedência nacional.

60

Carlota é babá de duas crianças residentes em um apartamento na zona residencial nobre de Goiânia-GO. Ao comparecer ao local de serviço, cruza pelo corredor do prédio e nota que outra criança do apartamento vizinho chora constantemente e possui marca de lesões corporais nos braços e nas pernas. Em determinado dia, Carlota ouve a criança gritando e chorando e visualiza pela janela que ela sofre abusos físicos e psicológicos de sua madrasta. Considerando esse caso e o tema da violência doméstica e familiar contra crianças, assinale a alternativa correta.

- (A) Para comunicar suas suspeitas às autoridades, Carlota precisa antes pedir autorização do pai da criança e natural responsável pela presença da madrasta no mesmo ambiente que seu filho.
- (B) Recebido o expediente com o pedido em favor de criança e de adolescente em situação de violência doméstica e familiar, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, agendar inspeção judicial sobre a vítima.
- (C) Carlota tem o dever de comunicar sua suspeita aos órgãos públicos competentes para apurá-la e tomar providências, sob pena de incorrer no delito de deixar de comunicar à autoridade pública a prática de violência, de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra criança.
- (D) A madrasta não poderá ser presa preventivamente antes de ser interrogada pela autoridade policial por não ser essa uma medida protetiva típica.
- (E) Na hipótese de ocorrência de ação ou omissão que implique a ameaça ou a prática de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência deverá exigir da vítima representação para tomar providências.

61

Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, o juiz poderá determinar ao agressor, de imediato, em conjunto ou separadamente, a aplicação das seguintes medidas protetivas de urgência, EXCETO

- (A) o afastamento do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima, e a proibição de aproximação da vítima, de seus familiares, das testemunhas e de noticiantes ou denunciantes, com a fixação do limite mínimo de distância entre estes e o agressor.
- (B) a prestação de alimentos provisionais ou provisórios.
- (C) a monitoração eletrônica da criança ou do adolescente vítima das ofensas, a fim de controlar o perímetro do agressor.
- (D) o comparecimento a programas de recuperação e reeducação.
- (E) o acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.

62

São tipos de improbidade administrativa, conforme a Lei Federal nº 14.230/2021, EXCETO

- (A) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- (B) nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo político, de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função política ou gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas.
- (C) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- (D) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- (E) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.

63

Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

_____ o contraditório e o devido processo decisório que, sem ouvida prévia da defesa, determine transferência ou permanência de custodiado em _____.

- (A) Não fere / estabelecimento penitenciário federal
- (B) Fere / penitenciária interestadual
- (C) Não fere / casa de custódia cautelar
- (D) Fere / estabelecimento penitenciário federal
- (E) Não fere / estabelecimento penal estadual

64

Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime _____ nela determinada, _____ do trânsito em julgado da sentença condenatória.

- (A) semiaberto / depois
- (B) menos severo / depois
- (C) *per saltum* / depois
- (D) *per saltum* / antes
- (E) menos severo / antes

65

O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. Sobre esse tema e conforme a Lei de Execução Penal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição.
- (B) O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.
- (C) Os benefícios e regras da remição também se aplicam às hipóteses de prisão cautelar.
- (D) A contagem de tempo para remição é de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar divididas, no mínimo, em 3 (três) dias, e 1 (um) dia de pena a cada 5 (cinco) dias de trabalho.
- (E) Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

Noções de Criminalística

66

Quanto às espécies de provas, assinale a alternativa correta.

- (A) Realizada a prova pericial, o juiz fica vinculado à conclusão do perito, uma vez que o perito possui o conhecimento técnico e teórico sobre o assunto.
- (B) O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, e o seu silêncio não importará em confissão, podendo ser interpretado em prejuízo da defesa.
- (C) O valor da confissão será indivisível e retratável e, para a sua apreciação, o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo.
- (D) O depoimento da testemunha será prestado oralmente, podendo, no entanto, o Presidente e o Vice-Presidente da República, os presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal optar pela prestação de depoimento por escrito.
- (E) São proibidos de depor os doentes e deficientes mentais, os menores de 14 (quatorze) anos, o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.

67**Assinale a alternativa que apresenta corretamente um Princípio da Perícia Criminalística.**

- (A) Segundo o Princípio da Análise, inexistem ações que não resultem em marcas de provas, sabendo-se, ainda, que são notórias a evolução e pesquisa do instrumental científico capaz de detectar esses vestígios ou mesmo microvestígios.
- (B) O Princípio da Documentação baseia-se na Cadeia de Custódia da prova material, visando proteger a fidelidade da prova material, evitando a consideração de provas forjadas, incluídas no conjunto das demais.
- (C) Pelo Princípio da Observação, conclui-se que a análise pericial deve sempre seguir o método científico da perícia científica, visando definir como o fato ocorreu através de uma criteriosa coleta de dados.
- (D) O Princípio da Interpretação aduz que o resultado de um exame pericial é constante em relação ao tempo e deve ser exposto em linguagem ética e juridicamente perfeita.
- (E) Pelo Princípio da Descrição, toda amostra deve ser documentada, desde seu nascimento no local de crime até sua análise e descrição final, de forma a se estabelecer um histórico completo e fiel de sua origem.

68**Assinale a alternativa que conceitua corretamente um postulado da criminalística ou um documento criminalístico.**

- (A) O conteúdo de um laudo pericial criminalístico não varia de um perito para outro, pois a criminalística é baseada em leis científicas, com teorias consagradas.
- (B) A perícia criminalística depende do tempo, visto que a verdade pode mudar em relação ao tempo decorrido.
- (C) A depender do meio utilizado para se concluir a respeito do fenômeno criminalístico, a conclusão será inconstante e dependente do fato de terem sido utilizados meios mais rápidos, mais precisos, mais modernos ou não.
- (D) O parecer criminalístico pode ser definido como um documento técnico formal que apresenta o resultado final de um completo trabalho técnico-científico levado a efeito por peritos.
- (E) O auto criminalístico é o documento que exprime o resultado de um trabalho de análise, seguida de uma opinião sobre um evento específico que esteja sendo examinado.

69**O Delegado de Polícia Juarez foi chamado para atender uma ocorrência em uma residência e, ao chegar ao local, observou uma faca na calçada e já dentro da residência constatou a existência de um homem com um ferimento perfurocortante em seu abdome, sem sinal de vida. Considerando essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.**

- (A) Juarez deverá providenciar para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, até a chegada do juiz responsável pelo caso.
- (B) Juarez deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato antes da chegada de peritos criminais.
- (C) A residência é considerada local interno do crime, caracterizando-se pela ausência de barreiras físicas naturais ou humanas em suas laterais e ponto superior.
- (D) A calçada da residência, nesse caso, é considerada local de crime relacionado.
- (E) Verificando se tratar de local inidôneo, o perito deverá registrar as alterações do estado das coisas e discutir, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.

70**Em uma festa, Joana é estuprada, sendo levada a um hospital e ficando lá internada por 02 (dois) dias. Ao sair do hospital, a vítima comparece ao Instituto Médico Legal para realizar o exame de corpo de delito. Nesse caso hipotético, é correto afirmar que**

- (A) o exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
- (B) o exame de corpo de delito será feito por dois peritos oficiais que prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.
- (C) o laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 10 dias, podendo esse prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento do Ministério Público.
- (D) os peritos elaborarão o laudo pericial, no qual descreverão minuciosamente o que examinarem, sendo-lhes facultado responder aos quesitos formulados.
- (E) serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e a indicação do perito.

Noções de Medicina Legal

71

Quanto à sobrevivência, assinale a alternativa correta em relação à morte agonizante.

- (A) É aquela de efeito imediato e instantâneo.
- (B) É aquela que se arrasta por dias ou semanas após a eclosão de sua causa básica.
- (C) É aquela oriunda de um estado mórbido adquirido ou de uma perturbação congênita.
- (D) Há entre seu início e fim apenas alguns minutos, não dando tempo para um atendimento mais efetivo.
- (E) Tem origem por ação externa e mais raramente interna, em que se incluem o homicídio, o suicídio e o acidente.

72

No município de Formosa, a Polícia Civil de Goiás foi acionada. Uma criança veio a óbito devido a desafios motivados por agressores anônimos em jogos de celular. O IML concluiu que a causa da morte foi asfixia por sufocação indireta. Sobre essa modalidade de asfixia, assinale a alternativa correta.

- (A) Geralmente é observada nos suicídios.
- (B) Acontece também devido à aspiração de vômitos dos debilitados.
- (C) É a compressão, em grau suficiente, do tórax e abdome que impede os movimentos respiratórios.
- (D) É uma prática muito comum no infanticídio, com a ajuda das mãos que comprimem a face do recém-nascido.
- (E) Acontece na obstrução dos condutos aéreos por corpos estranhos, impedindo a passagem do ar até os pulmões.

73

Em Goiânia, a Polícia Civil de Goiás foi acionada após troca de tiros motivados por questões políticas. Uma das vítimas apresentava lesão de forma arredondada, com orla de escoriação, bordas invertidas, halo de enxugo, zona de tatuagem, zona de esfumaçamento, zona de queimadura, aréola equimótica e zona de compressão de gases. O enunciado refere-se a

- (A) uma ferida corto-contusa.
- (B) uma ferida contusa aberta.
- (C) um ferimento de tiro encostado.
- (D) um ferimento de saída de projétil de arma de fogo.
- (E) um ferimento de entrada de instrumento perfurocontundente a curta distância.

74

Tendo como princípio a profundidade das lesões, assinale a alternativa correta em relação à classificação das queimaduras em medicina legal.

- (A) As queimaduras de primeiro grau apresentam eritema.
- (B) Nas queimaduras de segundo grau, ocorre a coagulação necrótica dos tecidos moles.
- (C) Nas queimaduras de terceiro grau, a epiderme é afetada, principalmente pela vasodilatação capilar.
- (D) As queimaduras de quarto grau apresentam vesículas contendo líquido amarelo-claro, seroso no seu interior.
- (E) Nas queimaduras de quinto grau, a pele conserva-se íntegra e tem como principal característica o surgimento da flictena.

75

Entende-se por ato libidinoso toda prática que tem o fim de satisfazer completa ou incompletamente, com ou sem ejaculação, o apetite sexual. A esse respeito, assinale a alternativa que exemplifica a cópula carnal tópica.

- (A) Sexo oral.
- (B) Coito anal.
- (C) Toques nas mamas.
- (D) Penetração vaginal.
- (E) Apalpadelas nas nádegas.

Noções de Legislação Estadual

76

De acordo com o processo administrativo previsto na Lei Estadual nº 13.800/2001, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstenendo-se de atuar.
- (B) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente o exigir.
- (C) O ato e delegação de competência é irrevogável pela autoridade delegante e serão respeitados os atos praticados na vigência da delegação, exceto nos casos de má-fé.
- (D) O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos nem a renúncia a direito pelo administrado.
- (E) A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.

77

Considere a situação hipotética na qual o Delegado Titular de uma das delegacias da Polícia Civil de Goiás sairá de licença. Nesse caso, em relação à substituição do Delegado de Polícia e considerando o que dispõe a Lei Estadual nº 16.901/2010 – Lei Orgânica da Polícia Civil de Goiás –, assinale a alternativa correta.

- (A) A acumulação de duas comarcas pelo Delegado substituto não tem caráter indenizável.
- (B) A lei permite a acumulação de, no máximo, três comarcas ou delegacias de polícia além daquela em que o Delegado é Titular.
- (C) A convocação para substituição do Titular deverá atender o critério de proximidade da comarca do Delegado substituto.
- (D) O Delegado de Polícia designado fará jus à percepção de ajuda de custo no valor de trinta por cento do subsídio do cargo de Delegado de Polícia Substituto, por delegacia.
- (E) O Delegado-Geral é o responsável por designar um Delegado de Polícia para substituir o Titular.

78

Acerca das indenizações previstas na Lei Estadual nº 20.756/2020, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Goiás, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Os créditos decorrentes de demissão, exoneração e aposentadoria relativos a férias ou adicional de férias têm caráter indenizatório.
- (B) Não fará jus à diária o servidor que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas, mesmo quando houver pernoite fora da sede.
- (C) Os valores das indenizações não podem ser computados na base de cálculo para fins de incidência da contribuição previdenciária e de quaisquer outros tributos.
- (D) O servidor que receber diária ou passagem e, por qualquer motivo, não se afastar da sede, fica obrigado à restituição integral, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que deveria ter viajado.
- (E) O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando injustificadamente não se apresentar na nova sede no prazo legal.

79

De acordo com o que dispõe a Lei Estadual nº 18.456/2014, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Todo ato resultante de assédio moral é nulo de pleno direito.
- () Dentre as penalidades aplicáveis em razão de assédio moral, está a repreensão, que é aplicada verbalmente nos casos em que a conduta do agente for considerada leve.
- () Durante a pena de suspensão, o agente público perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.
- () A pretensão punitiva administrativa em face do autor do assédio moral prescreve em três anos para a pena de demissão.

- (A) V – F – V – F.
- (B) F – F – V – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – V – F – V.
- (E) V – F – V – V.

80

Miguel é servidor público da Polícia Civil de Goiás e cometeu transgressão disciplinar em razão de trabalho mal prestado. De acordo com a Lei Estadual nº 20.756/2020, assinale a alternativa que representa as penalidades previstas no referido texto legal para essa situação.

- (A) Advertência ou suspensão de até 90 (noventa) dias.
- (B) Advertência e suspensão de até 60 (sessenta) dias, se a conduta foi praticada culposamente, ou de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias, se a conduta foi praticada dolosamente.
- (C) Advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, se a conduta foi praticada culposamente, ou suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias, se a conduta foi praticada dolosamente.
- (D) Suspensão de até 45 (quarenta e cinco) dias, se a conduta foi praticada culposamente, ou suspensão de 46 (quarenta e seis) a 60 (sessenta) dias, se a conduta foi praticada dolosamente.
- (E) Advertência e suspensão de até 10 (dez) dias, se a conduta foi praticada culposamente, ou de 11 (onze) a 30 (trinta) dias, se a conduta foi praticada dolosamente.

Instruções para Discursiva

A Prova Discursiva será avaliada considerando-se os aspectos presentes em Edital:

1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria.
2. Atendimento ao tema proposto na questão.
3. Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão.
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O candidato terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a) não atender ao Tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- b) manuscrito em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado em Edital;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar a questão redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
- f) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

O candidato disporá de, **no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 40 (quarenta) linhas** para elaborar a resposta da questão, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 40 (quarenta) linhas permitidas para a elaboração de seu texto.

A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

Discursiva

1

A Lei nº 9.296/1996 regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal, acerca da interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal. Sobre o assunto, conforme dispõe a Lei nº 9.296/1996, responda os itens a seguir:

- a) Qual é a autoridade responsável por deferir a interceptação e qual é o prazo para a tomada de decisão?
- b) Quem deverá efetuar o requerimento?
- c) Em quais hipóteses não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas?
- d) Quais são os procedimentos de interceptação que deverão ser adotados pela autoridade policial?
- e) Quem pode requerer e em quais situações poderá ser autorizada a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos?
- f) Ainda quanto à captação ambiental, por qual prazo poderá ser mantida?

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40
